

## **JUVENTUDE E FORMAÇÃO**

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo Regional

Sra. e Srs. Membros do Governo

Nas palavras de Helen Keller, “é impossível uma sociedade andar para trás enquanto houver juventude no mundo.” É na juventude açoriana que reside a esperança de continuação de desenvolvimento da nossa Região.

O prosseguimento da aposta na valorização dos nossos jovens é espelho das medidas ora apresentadas no Programa deste novo Governo a nível da Educação, da Formação, da Cultura, do Turismo, Emprego, Saúde, Ambiente, entre outras. São medidas de e com futuro.

A atuação governamental nos próximos quatro anos, no domínio da juventude, deverá ter como vetores três linhas de orientação. A primeira é, claramente, o fomento de uma cultura de *self-made men*, com forte investimento na formação para o Empreendedorismo, deste modo originando, pelas mãos dos jovens, a criação do próprio emprego.

Neste primeiro ponto, é importante, se não essencial, criar nos jovens açorianos a consciência da fibra lutadora da qual são feitos e incentivá-los a tomar, eles próprios, as rédeas do seu futuro. Aos governantes ora eleitos caberá coadjuvá-los em tal demanda, encorajando-os e fornecendo-lhes as ferramentas adequadas para que possam começar a trilhar, desde cedo, o seu caminho para a independência e a auto-suficiência.

Vivemos num tempo em que ser jovem e ser indiferente não podem ser sinónimos. A juventude açoriana é a depositária da nossa posteridade, do futuro desta Região. Cabe a quem governa o incentivo e a orientação. Cabe aos jovens a compreensão de que têm plenas capacidades para vencer pelos seus próprios meios e que não podem esperar que as oportunidades apareçam sem dar luta.

Há, de facto, futuro para a juventude açoriana NOS Açores. Há uma juventude qualificada, capaz, com vontade de vencer e que, acima de tudo, deseja trabalhar junto da SUA família e dos seus concidadãos, na SUA terra. A aposta na fixação dos jovens nas ilhas está subentendida nas políticas de criação de emprego que este programa apresenta. Dessa fixação depende a sustentabilidade futura do nosso sistema autonómico,

sendo necessário um compromisso contínuo por parte do Governo e desta Assembleia no sentido de se acreditar e investir cada vez mais nas capacidades dos nossos jovens.

A criação de Emprego deverá ser, face à conjuntura atual, não um objetivo deste Governo mas um verdadeiro dínamo de toda a sua atividade. Está inerente a este Programa a compreensão que a Juventude não é uma área estanque, mas verdadeiramente transversal a todos os sectores de governação, ou seja, é da responsabilidade de todos os membros do Governo e de todos nós, presentes nesta Assembleia. E este é um entendimento plenamente aceite pelo Governo e, do meu conhecimento, pela bancada parlamentar do Partido Socialista, sem que para tal tenha havido necessidade de outorgar qualquer tipo de acordo ou contrato.

O voto de confiança dado ao atual Presidente foi uma decorrência da consciência da juventude de que acredita, de facto, em si mesma na prossecução dos seus objetivos de vida e, paralelamente, de que o dever de proporcionar as bases para que ela prospere é condição *sine qua non* para a sustentabilidade do Estado Social e, logo, da responsabilidade do Governo. Mas não se entenda esta obrigação como desresponsabilização dos jovens. Este programa não defende o pagamento de salários a um

jovem empreendedor. Este Programa tem inerente a ideia de que o jovem empreendedor deverá estudar e analisar a área de negócio pela qual pretende enveredar de modo a perceber se terá possibilidade de auferir, com provável estabilidade, as quantias decorrentes do trabalho e do empenho que demonstrar no projeto que ele próprio criou.

A formação no Empreendedorismo assume, assim, papel preponderante neste primeiro domínio, devendo ser o ponto de partida para o sucesso de qualquer projeto. Devem ser dadas ao jovem empreendedor todas as ferramentas para que ele possa, pelas suas mãos, criar algo intrinsecamente seu.

Uma vertente clara desta “Formação” de cariz empreendedor é o programa “Formar para Empreender”, onde se visa atribuir aos jovens as condições necessárias para a criação das suas empresas. Na sequência temporal encontramos iniciativas como o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, o “Empreende Jovem”, onde recentemente foram reforçados os apoios e facilitadas as condições de acesso, para que deste modo a formação adquirida encontre uma operacionalização efetiva.

Senhora Presidente

Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sr.ª e Srs. Membros do Governo

A construção de uma cultura de identidade açoriana nos nossos jovens é segunda linha orientadora deste Programa, apostando na Educação como veículo de transmissão das diversas realidades inerentes ao “ser Açoriano” bem como do nosso enquadramento a nível político-administrativo, não só a nível nacional, mas também a nível europeu.

Medidas como a criação do Programa de Cidadania e Autonomia, dos programas de divulgação de assuntos ligados à União Europeia para os mais novos, são fulcrais para que os jovens compreendam o enquadramento político e geoestratégico da autonomia açoriana e possam, assim, prosseguir o desenvolvimento desta com pleno conhecimento de quem somos e para onde vamos.

Está bem clara, neste Programa, a preocupação deste Governo em gerar, igualmente, um cruzamento de conhecimentos além das nossas fronteiras, apostando na aproximação dos jovens da diáspora às suas raízes através de um melhor conhecimento da identidade cultural açoriana, bem como na formação dos que aqui se encontram em escolas de renome internacional, e da atribuição de bolsas de estudo,

fomentando, deste modo, uma ainda melhor e mais diversificada qualificação, o que só beneficiará, a médio e longo prazo, a nossa Região.

Cabe a este Governo criar os meios que facultem a estes jovens a segurança de voltar à sua terra com os conhecimentos na bagagem mas também com a certeza de que terão a possibilidade de os aplicar profissionalmente, nas respetivas áreas.

Senhora Presidente

Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sr.<sup>a</sup> e Srs. Membros do Governo

O último vetor prende-se com a responsabilização dos jovens a nível social, envolvendo-os em causas como o Voluntariado a diversos níveis como forma de formação e crescimento pessoal.

No que a este terceiro ponto concerne, as medidas apresentadas permitirão aos jovens criar uma maior consciência da sociedade e do meio em que estão inseridos. Como exemplo temos programas como o Berço de Cidadania a implementar nas escolas, em que se pretende reforçar junto dos mais novos todo um conjunto de princípios éticos que são verdadeiramente cruciais para uma convivência social equilibrada.

Prevê-se igualmente um aumento da solidariedade intergeracional. Não posso deixar de evidenciar a importância que esta previsão assume. Se por um lado os mais velhos necessitam da atenção, do companheirismo e da ajuda dos mais jovens, a estes cabe o reconhecimento de que devem muito às gerações anteriores e que com elas têm imenso a aprender. A redução do gap geracional é uma exigência premente de uma sociedade cada vez mais frenética e que muitas vezes relega para segundo plano a sapiência e o valor das gerações que antecederam os jovens de hoje.

A aposta neste envolvimento social dos nossos jovens é essencial para o contínuo desenvolvimento de uma sociedade açoriana mais justa e consciente.

Senhora Presidente

Senhores Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sr.<sup>ª</sup> e Srs. Membros do Governo

Acredito que este Programa tem todas as qualidades para galvanizar a nossa juventude, apresentando uma panóplia de medidas que visam enriquecê-la e potenciar o seu futuro. É por este motivo que afirmo que trabalhando com a inteligência, o espírito e o coração dos nossos jovens

teremos a certeza que continuarão a crescer como Açorianos que não hesitarão, perante qualquer circunstância e qualquer adversidade que certamente enfrentarão, afirmar essa máxima que tão bem nos define: “antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Novembro de 2012